

BIBLIOGRAFIA

CRÍTICA

THE TRANSITION FROM WAR TO PEACE ECONOMY — LEAGUE OF NATIONS, DELEGATION ON ECONOMIC DEPRESSION (Part I) — Geneva and Princeton, May 1943.

(Por ALBERTO MORTARA)

Publicado simultaneamente na Suíça e nos Estados Unidos, êste pequeno volume, de aparência e título modestos, mas de conteúdo bastante interessante, representa uma importante contribuição à lista dos numerosos estudos sôbre os problemas de após-guerra que se estão multiplicando copiosamente em todos os países das Nações Unidas.

A principal diferença entre êste estudo e a maioria dos demais, até hoje publicados, é que a obra dos pesquisadores da Liga das Nações (1) não está sujeita a quaisquer restrições ou tendências políticas de um ou mais grupos nacionais, procurando, ao contrário, assumir perante os problemas debatidos uma posição de imparcialidade científica.

O trabalho divide-se em duas partes: a primeira, cuidando dos problemas de transição da guerra para a paz, cujo conteúdo vamos agora expor; a segunda, destinada a estudar os problemas econômicos do período de paz, ainda em elaboração.

No prefácio são assim justificadas as razões que aconselharam o preparo do relatório durante a fase atual das operações militares:

a) A guerra está produzindo alterações e movimentos econômicos que tenderão a intensificar muito a instabilidade e o desequilíbrio no mundo de após-guerra, sendo portanto necessário preparar antecipadamente planos para diminuir os riscos de depressão e de desemprego, e, particularmente, conjugar todos os esforços para estabelecer os métodos que poderão permitir uma passagem, quanto possível sem fricções, da economia de guerra para a economia de paz.

b) Já estão aparecendo claramente os fatores potenciais de uma profunda depressão no após-guerra, e, se esta se realizar, voltarão certamente a ser adotadas no mundo as tradicionais políticas de

intenso nacionalismo econômico, tornando assim o problema em estudo muito mais difícil de ser resolvido.

c) Se os objetivos econômicos e sociais das Nações Unidas devem ser atingidos, é preciso que sejam fixados os meios de serem mantidos em tempo de paz — ao máximo possível — os altos níveis de produção e de emprego alcançados no período bélico.

d) A ação independente de cada país para atingir o máximo de emprego e a estabilidade econômica seria inevitavelmente fadada ao fracasso; portanto, é extremamente importante que as políticas nacionais sejam coordenadas na base de *um plano comum internacional, elaborado, aceito, sustentado e realizado por todos os países*. Mas a cooperação econômica entre as nações com os fins a que nos referimos será possível somente se a segurança política estiver estabelecida firmemente e se as políticas econômicas não estiverem mais dependendo do receio de guerras. Ainda, esta cooperação não poderá ser obtida se os povos não compreenderem antes os aspectos da realidade e não tiverem a coragem de enfrentá-los. Sem dúvida tenderá a prevalecer depois da guerra, como já prevaleceu no passado, um "realismo" espúrio que ignora os efeitos das políticas nacionais sôbre os interesses dos outros povos; também se fará sentir, com muita insistência, a pressão de determinados interesses em favor de políticas nacionalistas.

O triunfo dessas forças teria conseqüências funestas e terríveis.

E' preciso, portanto, que haja uma alta dose de capacidade e de coragem por parte dos homens de Estado responsáveis, para se oporem a essas forças, e, por parte dos povos, é necessária uma profunda compreensão da *importância vital* dos problemas debatidos e de suas soluções num ou noutro sentido.

Um dos objetivos principais do relatório é contribuir à melhor compreensão dos problemas, que são expostos da maneira mais simples e sem parcialidade.

Na *Introdução* são definidos claramente os objetivos das políticas econômicas de após-guerra. Êstes objetivos devem permitir que:

(1) Na qual o Brasil foi dignamente representado pelo Dr. Fernando Lobo.

a) se consiga o máximo aproveitamento dos recursos da produção, dos homens e dos equipamentos, das habilidades e das iniciativas individuais, das descobertas e das invenções científicas, de forma a atingir e manter em todos os países uma economia estável e melhorar os padrões de vida;

b) dentro dos limites do possível, nenhum homem ou mulher com capacidade e vontade de trabalhar seja impedido de obter emprego durante períodos de tempo maiores do que os que forem necessários para a transferência de uma ocupação a outra ou, quando necessário, para adquirir novas capacidades técnicas;

c) no uso desses recursos produtivos sejam tomadas em consideração, antes de mais nada, as quantidades de mercadorias e serviços indispensáveis para atender às necessidades fisiológicas, em todas as classes da população, de alimentação, vestuário, casa e assistência sanitária;

d) a sociedade distribua, quanto possível, os riscos individuais de interrupção ou redução do poder de aquisição dos indivíduos;

e) a liberdade de cada indivíduo escolher a sua profissão seja respeitada e fomentada pela igualdade de oportunidades educacionais;

f) a liberdade de cada país participar do mercado mundial e ter acesso às matérias primas e aos produtos manufaturados comprados e vendidos nesse mercado seja encorajada e facilitada pelo levantamento progressivo das barreiras artificiais opostas às correntes comerciais;

g) os benefícios dos métodos modernos de produção sejam postos ao alcance de todos os povos, seja pelo levantamento progressivo das barreiras alfandegárias, seja por corajosos métodos internacionais de reconstrução e de fomento econômico.

Apesar de não serem facilmente atingíveis, esses objetivos *devem ser aceitos por todos*, se a humanidade deseja realmente evitar ou diminuir os efeitos das depressões econômicas no futuro.

A importância atribuída à manutenção dos empregos na indústria não implica que sejam descurados os efeitos terríveis da depressão nos países agrícolas. É lógico que a responsabilidade de assegurar maior estabilidade econômica e de acelerar o desenvolvimento dos outros povos deve caber, principalmente, aos países industriais.

O segundo objetivo é discutido, com vários argumentos, numa seção da *Introdução*, intitulada

“O direito ao trabalho”. Este termo não significa que ninguém deveria ficar desempregado enquanto estiver procurando trabalho, mas sim que os governos devem tomar a si a responsabilidade de evitar o desemprego em larga escala e durante longo tempo. Isto somente poderá ser conseguido quando os governos tiverem poderes suficientes, estiverem sustentados pela opinião pública e apoiados pelos empregadores e pelos trabalhadores no controle das práticas monopolísticas.

O *primeiro capítulo* descreve os característicos da economia de guerra e os efeitos que o conflito terá, produzindo provavelmente difíceis problemas de reajustamento. Assim, por exemplo: as alterações na procura; as modificações das estruturas econômicas das nações em particular e do mundo em geral; o estancamento da procura e do poder de aquisição; o aumento das dívidas públicas; as variações na distribuição internacional dos capitais; a destruição provocada pela guerra; etc.

O *segundo capítulo* discute especialmente os problemas transitórios dos países em que a possibilidade de se manter o emprego depois da guerra não será impedida por falta de matérias primas ou de meios disponíveis para adquiri-las no estrangeiro. Começa fazendo considerações sobre a provável natureza da procura de após-guerra nesses países e sobre o risco de que isto possa conduzir a um rápido “boom” de preços com conseqüente colapso e desemprego. Para evitar este risco sugere-se que não sejam abandonadas súbitamente as medidas tomadas para o controle dos preços e para a distribuição equitativa dos suprimentos ao produtor ou ao consumidor, procurando-se, ao contrário, afrouxá-las gradualmente enquanto forem supridas as faltas.

São examinados, sucessivamente, diferentes tipos de controle financeiro e material, diversos tipos de procura de bens duráveis e não-duráveis, pelos consumidores, de máquinas e outros bens de produção, de matérias primas, etc. Em cada um desses casos, a principal preocupação é a de reempregar os homens e de dirigir novamente a produção para as necessidades dos consumidores, logo que acabe a procura dos materiais bélicos ou estratégicos; e esta passagem deve ser feita com a maior rapidez possível e sem causar um “boom” e sucessivas depressões.

Se bem que o ponto marcante do período de transição tenha de ser a passagem da procura, concentrada e controlada pelos poderes públicos, para

as mãos dos particulares, as compras dos governos e as obras públicas terão, entretanto, um papel importante para facilitar uma mudança sem fricções. Pode acontecer, porém, que os projetos indispensáveis para pôr de novo em funcionamento o conjunto do mecanismo nacional ou internacional não estejam prontos, e pode acontecer ainda que os governos dificultem o reestabelecimento econômico lançando planos em número excessivo, ou nos momentos menos propícios. Em muitos países, e especialmente na Europa e na Ásia, os trabalhos de reconstrução serão muito urgentes. Sugere-se todavia que, quando os projetos puderem ser adiados, os governos tentem apenas preencher as lacunas na procura ao invés de entrar em competição com os particulares. Em seguida, passada a primeira corrida dos consumidores, os empreendimentos públicos adiados poderão exercer uma útil influência estabilizadora.

Neste capítulo, faz-se notar a importância de políticas fiscais que encorajem a iniciativa particular, e da necessidade de planos governamentais para a orientação e o ensino de novas técnicas e profissões e para a readaptação dos operários.

O *terceiro capítulo* trata dos problemas de transição que estão mais diretamente ligados à ação e à cooperação internacional. A falta de qualquer plano internacional para reiniciar as atividades econômicas nos territórios atingidos pela guerra, depois do armistício de 1918, foi, sem dúvida, uma causa importante do desarranjo na economia da Europa e do colapso das moedas nos últimos anos do período 1920-1930. As dificuldades depois desta guerra serão ainda maiores do que foram em 1918 e a organização de um plano de ação comum será indispensável.

Os países cujas necessidades de gêneros alimentícios, matérias primas e equipamentos para reconstruir sua vida econômica forem mais urgentes e inadiáveis serão também os que mais terão falta de meios de pagamento para as compras no exterior. Seus problemas são, portanto, de alcance internacional e, deixados sem solução, poderão prejudicar todas as futuras relações econômicas internacionais.

O *socorro* não deve apenas levar com a maior rapidez às populações famintas gêneros alimentícios, vestuário, etc., mas deve reconduzi-las, o mais rapidamente possível, à produção e à troca do que produzem, para serem capazes de se alimentar e de se vestir por si sós. O problema do socorro e da reconstrução é praticamente um só, podendo

ser assim sintetizado: *reencetamento das atividades produtivas e do comércio mundial*. Porisso todas as nações terão interesse nele e a sua solução dependerá do maior ou menor desejo dos Estados de participar no esforço comum.

Qualquer programa eficiente de socorro e reconstrução depende da disponibilidade de gêneros alimentícios, essenciais, de matérias primas e de outras mercadorias e, conseqüentemente, dependerá da distribuição equitativa dos suprimentos durante o período em que estes forem escassos. Sugere-se, portanto, um *plano de ação internacional* para a determinação das rações e dos preços máximos para os produtos nacionais, durante o primeiro período imediatamente posterior à guerra.

A *procura internacional de matérias primas* deverá ser controlada por *um órgão internacional* destinado à compra e distribuição dessas matérias e ao controle geral do espaço marítimo até quando a escassez continuar. Quando os suprimentos de matérias primas se tornarem mais abundantes, este órgão poderá ser empregado para estabilizar os preços pela coordenação da procura e da oferta, e, em certos casos, pela criação de estoques com função de amortecer os choques e as bruscas variações dos mercados.

Haverá *procura de capitais e de crédito* para vários fins. Assim, passado o primeiro período de grande procura de gêneros alimentícios, matérias primas e equipamentos para sustentar as populações e reiniciar gradualmente a produção nas áreas mais atingidas pelo conflito, começarão a surgir outras procuras. Haverá uma procura de capitais nacionais e estrangeiros para consertar os danos materiais e reparar os estragos sofridos durante a guerra; haverá uma procura de capitais para as reservas dos Bancos de Emissão e para os fundos de estabilização do câmbio destinados a solucionar os problemas das balanças de pagamentos; finalmente, haverá uma procura de capitais para o desenvolvimento e a reorganização da estrutura industrial, tanto nos países cujos limites forem modificados e onde a estrutura existente se tenha tornado obsoleta em relação à distribuição mundial da capacidade produtiva, como nos países em que haja forte pressão demográfica e também nos países que estejam em fase de industrialização e tenham poucos capitais disponíveis (é este último, em parte, o caso do Brasil).

A disponibilidade de fundos dependerá, entre outras coisas, do afrouxamento dos controles cambiais e da possibilidade de serem efetuados "cle-

arings" multilaterais e transações comerciais também multilaterais. (Vide planos do tipo White, Keynes, etc.).

O *contrôle do câmbio* e os "clearings" multilaterais consistem num sistema pelo qual se procurará restabelecer o comércio livre entre os povos, eliminando a necessidade de congelamentos de saldos e de "clearings" bilaterais; assim os preços nacionais que sofreram grande desnivelamento poderão voltar novamente à normalidade e os desequilíbrios nas balanças de pagamentos poderão ser ajustados.

O *contrôle da inflação* é fundamental, pois sem êle os melhores e mais bem arquitetados planos ficariam gravemente prejudicados. O risco poderá ser bastante diminuído pelo fornecimento de alimentos, matérias primas e outros produtos, e pelas políticas internacionais já sugeridas.

Na Europa, muito dependerá das políticas adotadas nos países sucessivamente libertados, da fixação dos câmbios, etc.; mas, em geral, muito dependerá também da autoridade dos governos nacionais, da segurança política e dos mercados estrangeiros.

São formulados ainda alguns princípios sôbre os empréstimos a longo prazo em relação ao problema da estabilidade econômica durante longos períodos de tempo. Por exemplo :

a) serão provavelmente indispensáveis os empréstimos diretos entre os governos; todavia, nas condições contratuais, se deverá sempre ter em vista o objetivo de não onerar unilateralmente ou em forma excessiva a balança dos pagamentos;

b) assim, os empréstimos feitos entre governos deverão ter uma taxa de juros mínima e deverão permitir a suspensão das amortizações nas épocas de depressão;

c) será dada preferência às inversões de capitais em despesas produtivas ou reprodutivas como : máquinas, equipamentos, locomotivas, etc.;

d) quando tal preferência não puder ser fixada, deverá ser exercido um *contrôle* eficiente sôbre as importações de produtos de luxo no país devedor;

e) deverão ser exigidos padrões mínimos de salários e de rendimento do trabalho nos países que receberem os empréstimos.

Entretanto, nenhum fundo geral de estabilização será suficiente para a restauração das correntes normais do comércio internacional se as *políticas econômicas* tomarem um sentido contrário às condições fundamentais das balanças de pagamentos. A guerra está produzindo profundas transforma-

ções na estrutura dos débitos e créditos internacionais, e estas transformações deverão ser acompanhadas de correspondentes mudanças nas políticas econômicas dos Estados, permitindo-se um aumento substancial na aquisição de mercadorias estrangeiras por aqueles países cuja posição de credor tenha sido reforçada.

O bilateralismo e as políticas de independência econômica (autarquias econômicas) têm sido, em grande parte, o resultado da insegurança econômica e política do nosso mundo atual. No entanto, por várias razões, o sistema do comércio multilateral, baseado na cláusula da *nação mais favorecida*, perdeu seu prestígio pelos seguintes motivos :

1) os países, em geral, não quiseram estender as concessões a outros que também não fizessem concessões;

2) a cláusula da *nação mais favorecida* foi usada em determinadas ocasiões para impedir a conclusão de tratados aduaneiros especiais entre os pequenos países;

3) faziam-se, nas tarifas nacionais, especificações discriminatórias que ameúde praticamente anulavam o valor da cláusula da *nação mais favorecida*. A razão principal dêste fato estava no medo de competição por parte dos países de baixo padrão de vida e de salários reduzidos.

A primeira destas três dificuldades poderia ser parcialmente resolvida pela abolição total de tarifas não negociáveis. Para as outras não há uma solução única ou simples; todavia terá grande utilidade *um órgão internacional* que possua autoridade suficiente e que esteja encarregado de auxiliar os governos no planejamento de políticas econômicas que conduzam à estabilidade econômica.

Há vários meios que êste órgão poderá usar, e entre êsses poderiam ser citados :

1) o estudo e a análise dos fatos relacionados com o desenvolvimento do comércio, a interdependência de diferentes áreas comerciais, o comércio de diferentes grupos de mercadorias, o movimento dos preços e as trocas em termos de fluxos comerciais;

2) a assistência e orientação sôbre os meios de promover, fomentar e desenvolver o comércio, de abrir os canais bloqueados, de resolver as dificuldades que ameúde surgem pelas repentinas variações na produção ou no poder de competição de áreas geográficas diferentes, etc.;

3) a mediação, quando solicitada, para resolver questões entre os Estados e para estudar a formação de uniões alfandegárias.

Na *Conclusão*, são frisados dois pontos básicos, decorrentes das apreciações e das análises feitas durante todo o relatório :

I. Devem ser encontrados os meios de coordenação entre as políticas dos *órgãos internacionais* que forem considerados indispensáveis à solução dos problemas fundamentais expostos.

II. As ações econômicas não podem estar afastadas das ações políticas, mas deve haver uma estreita correlação entre umas e outras. A segurança militar não pode existir num vácuo econômico, nem pode existir a segurança econômica em face de ameaças de guerra.

A história nos mostra que as guerras não são apenas operações militares com fim em si mesmas, e o atual conflito não escapa a esta lei histórica fundamental. O observador arguto pode facilmente verificar, diariamente, que a guerra está provocando uma rápida aceleração no desenvolvimento das idéias e das doutrinas sociais e econômicas (vide plano Beveridge, *et similia*); uma confirmação significativa disto pode ser encontrada na última frase da *Introdução* à obra, em que se declara francamente: "...através de todo o trabalho fizemos as nossas sugestões baseados nos princípios (do pensamento social e econômico atual e de suas recentes tendências observadas nas Nações Unidas); as nossas sugestões são naturalmente de alcance muito maior e muito mais generalizadas do que seriam, caso este relatório tivesse sido preparado em 1939".

INDICAÇÕES

PRINCIPLES OF EMPLOYMENT PSYCHOLOGY — HAROLD ERNEST BURT — Edição refundida — Harper & Brothers Publishers — New York — 1942 — 568 págs. — \$ 3.50.

Prefácio do autor :

"Tem havido muita atividade no campo da psicologia de pessoal desde a primeira edição deste livro. Um pouco desta atividade compreendeu o desenvolvimento de novos princípios, tal como a análise fatorial. A maior parte do trabalho, entretanto, tem consistido no uso mais extensivo dos princípios existentes. Os métodos têm sido aplicados a uma escala muito mais vasta de profissões e muitos novos

testes ou outros instrumentos de previsão têm sido desenvolvidos e confirmados. No campo da mensuração da personalidade tem havido bastante progresso. Considerável incentivo a todo o programa tem sido dado pelas investigações cooperativas sobre o campo de pessoal, tais como alguns trabalhos empreendidos pelo Serviço de Emprego dos Estados Unidos. Várias repartições públicas têm utilizado em grau cada vez maior os processos da psicologia de pessoal.

Tendo os princípios gerais permanecido os mesmos desde a época da primeira edição, a atual revisão não envolve alterações radicais dos tópicos abrangidos. Aparecem, assim, os mesmos capítulos, embora tenham sido completamente refundidos. Foram omitidos os métodos que não estão mais em uso; os novos, entretanto, foram incluídos, bem assim o mais recente material ilustrativo".

O conteúdo do presente volume é o seguinte: "Prefácio da primeira edição — Prefácio da edição refundida; I — Introdução; II — Pseudo-psicologia; III — História da psicologia vocacional científica; IV — Tipos de testes mentais; V — Técnica de testes mentais; VI — O critério (índice de proficiência ocupacional); VII — Os "pacientes" usados na avaliação de testes; VIII — Testes de capacidade especial; situação total do campo psíquico; IX — Testes de capacidade especial: os componentes mentais do trabalho; X — Inteligência e aptidão vocacional; XI — O papel dos interesses em psicologia profissional; XII — Escalas de avaliação; XIII — Diversos determinantes da aptidão vocacional; XIV — Testes profissionais; XV — Análise do trabalho; XVI — As perspectivas da psicologia no campo da seleção de pessoal. — Apêndice I (Técnica de correlação) e Apêndice II (Como deduzir uma equação de regressão) — Índice.

GOVERNMENT CONTROL OF BUSINESS — HAROLD D. KOONTZ — Houghton Mifflin Company — The Riverside Press Cambridge — 1941 — Cambridge — Massachusetts — 937 págs. — \$ 4.50.

Prefácio do autor :

"O crescente controle da economia particular nos Estados Unidos por parte do governo é um aspecto interessante da tendência mundial para limitar os direitos individuais. Embora as tradições norte-americanas apoiem a manutenção do direito privado nos negócios, bem como em outras relações sociais, tem havido uma tendência crescente para a subordinação da atividade individual ao controle do governo, na base de que a redução dos direitos da minoria amplia a significação de liberdade para a maioria. Talvez o público seja mais bem servido se a política do governo encorajar o funcionamento eficiente do sistema econômico ou a solução de problemas sociais, quer sejam conservados ou não os direitos particulares. Mas as diretrizes de controle governamental influem necessariamente no funcionamento do mecanismo econômico e na extensão da liberdade individual. As restrições impostas pelo governo aos negócios particulares assumem, pois, grande importância, não só para as pessoas empenhadas em negócios, como também para o público em geral, a cujas necessidades materiais a organização econômica se destina a satisfazer e cuja liberdade política está parcialmente condicionada à independência econômica. Portanto, o cidadão ou o estudioso que quiser

3) a mediação, quando solicitada, para resolver questões entre os Estados e para estudar a formação de uniões alfandegárias.

Na *Conclusão*, são frisados dois pontos básicos, decorrentes das apreciações e das análises feitas durante todo o relatório :

I. Devem ser encontrados os meios de coordenação entre as políticas dos *órgãos internacionais* que forem considerados indispensáveis à solução dos problemas fundamentais expostos.

II. As ações econômicas não podem estar afastadas das ações políticas, mas deve haver uma estreita correlação entre umas e outras. A segurança militar não pode existir num vácuo econômico, nem pode existir a segurança econômica em face de ameaças de guerra.

A história nos mostra que as guerras não são apenas operações militares com fim em si mesmas, e o atual conflito não escapa a esta lei histórica fundamental. O observador arguto pode facilmente verificar, diariamente, que a guerra está provocando uma rápida aceleração no desenvolvimento das idéias e das doutrinas sociais e econômicas (vide plano Beveridge, *et similia*); uma confirmação significativa disto pode ser encontrada na última frase da *Introdução* à obra, em que se declara francamente: "...através de todo o trabalho fizemos as nossas sugestões baseados nos princípios (do pensamento social e econômico atual e de suas recentes tendências observadas nas Nações Unidas); as nossas sugestões são naturalmente de alcance muito maior e muito mais generalizadas do que seriam, caso este relatório tivesse sido preparado em 1939".

INDICAÇÕES

PRINCIPLES OF EMPLOYMENT PSYCHOLOGY — HAROLD ERNEST BURT — Edição refundida — Harper & Brothers Publishers — New York — 1942 — 568 págs. — \$ 3.50.

Prefácio do autor :

"Tem havido muita atividade no campo da psicologia de pessoal desde a primeira edição deste livro. Um pouco desta atividade compreendeu o desenvolvimento de novos princípios, tal como a análise fatorial. A maior parte do trabalho, entretanto, tem consistido no uso mais extensivo dos princípios existentes. Os métodos têm sido aplicados a uma escala muito mais vasta de profissões e muitos novos

testes ou outros instrumentos de previsão têm sido desenvolvidos e confirmados. No campo da mensuração da personalidade tem havido bastante progresso. Considerável incentivo a todo o programa tem sido dado pelas investigações cooperativas sobre o campo de pessoal, tais como alguns trabalhos empreendidos pelo Serviço de Emprego dos Estados Unidos. Várias repartições públicas têm utilizado em grau cada vez maior os processos da psicologia de pessoal.

Tendo os princípios gerais permanecido os mesmos desde a época da primeira edição, a atual revisão não envolve alterações radicais dos tópicos abrangidos. Aparecem, assim, os mesmos capítulos, embora tenham sido completamente refundidos. Foram omitidos os métodos que não estão mais em uso; os novos, entretanto, foram incluídos, bem assim o mais recente material ilustrativo".

O conteúdo do presente volume é o seguinte: "Prefácio da primeira edição — Prefácio da edição refundida; I — Introdução; II — Pseudo-psicologia; III — História da psicologia vocacional científica; IV — Tipos de testes mentais; V — Técnica de testes mentais; VI — O critério (índice de proficiência ocupacional); VII — Os "pacientes" usados na avaliação de testes; VIII — Testes de capacidade especial; situação total do campo psíquico; IX — Testes de capacidade especial: os componentes mentais do trabalho; X — Inteligência e aptidão vocacional; XI — O papel dos interesses em psicologia profissional; XII — Escalas de avaliação; XIII — Diversos determinantes da aptidão vocacional; XIV — Testes profissionais; XV — Análise do trabalho; XVI — As perspectivas da psicologia no campo da seleção de pessoal. — Apêndice I (Técnica de correlação) e Apêndice II (Como deduzir uma equação de regressão) — Índice.

GOVERNMENT CONTROL OF BUSINESS — HAROLD D. KOONTZ — Houghton Mifflin Company — The Riverside Press Cambridge — 1941 — Cambridge — Massachusetts — 937 págs. — \$ 4.50.

Prefácio do autor :

"O crescente controle da economia particular nos Estados Unidos por parte do governo é um aspecto interessante da tendência mundial para limitar os direitos individuais. Embora as tradições norte-americanas apoiem a manutenção do direito privado nos negócios, bem como em outras relações sociais, tem havido uma tendência crescente para a subordinação da atividade individual ao controle do governo, na base de que a redução dos direitos da minoria amplia a significação de liberdade para a maioria. Talvez o público seja mais bem servido se a política do governo encorajar o funcionamento eficiente do sistema econômico ou a solução de problemas sociais, quer sejam conservados ou não os direitos particulares. Mas as diretrizes de controle governamental influem necessariamente no funcionamento do mecanismo econômico e na extensão da liberdade individual. As restrições impostas pelo governo aos negócios particulares assumem, pois, grande importância, não só para as pessoas empenhadas em negócios, como também para o público em geral, a cujas necessidades materiais a organização econômica se destina a satisfazer e cuja liberdade política está parcialmente condicionada à independência econômica. Portanto, o cidadão ou o estudioso que quiser

acompanhar o seu próprio interesse, ou desempenhar um papel inteligente na elaboração das diretrizes políticas, descobrirá que é necessário compreender a essência e conseqüências do controle dos negócios particulares por parte do governo.

Esse livro se destina a descrever e analisar amplamente o setor de controle governamental dos negócios particulares nos Estados Unidos. O termo "controle" tem sido interpretado para se aplicar não só à regulamentação imediata, mas também às restrições que o governo exerce por meio de seus auxílios aos negócios e de sua propriedade de negócios. O autor procurou conseguir unidade e ordem com a apresentação de múltiplos exemplos de controle exercido sobre certas áreas de relações econômicas. As causas, o tratamento legislativo, os métodos administrativos, os objetivos e os resultados do controle são discutidos para cada área, indicando-se as conseqüências sobre o sistema econômico e bem-estar social. Na parte inicial do livro, antes do tratamento das áreas distintas, o autor discute a natureza do problema de controle. Na parte final, apresenta conclusões sobre o problema. Pensa que, desse modo, as questões controversas surgidas em conseqüência das atuais relações do governo com a economia particular podem ser postas numa posição de maior evidência para o estudante.

O principal objetivo deste livro é auxiliar o estudioso a compreender a experiência norte-americana em matéria de intervenção do governo na economia popular, ajudando-o a apreciar a significação de tal controle. Ao planejar a disposição da matéria, o autor teve de tomar decisões difíceis acerca de dois pontos principais. Em primeiro lugar, nem todo exemplo de controle governamental poderia ser incluído sem tornar enciclopédico o trabalho. Mas foi possível ampliar o material exemplificativo referente aos controles dos governos federal e estaduais, e incluir, assim, a maioria dos casos que trouxessem um interesse geral. Na realidade, muitos julgarão que o livro é demasiado volumoso para certos cursos semestrais. Em tais cursos, o autor julga que o estudante lucrará mais com um tratamento substancial de poucas áreas de controle do que com um estudo apressado de toda a matéria. A organização do livro em partes completas de conteúdo próprio torna tal plano pedagógicamente exequível.

Uma outra decisão teve de ser tomada no tocante à avaliação das diretrizes de controle governamental. O autor reconhece que há importantes divergências de opinião sobre quase todas as diretrizes. Mas acha que, se o estudante quiser avaliar o significado dos controles governamentais, estes devem ser apreciados à luz de suas conseqüências econômicas e de seu comportamento em relação ao bem-estar social. Na maior parte dos casos, o autor apresenta opiniões divergentes mas não hesita em apresentar conclusões críticas que lhe parecem válidas do ponto de vista de uma satisfação política econômica e social.

Assim procedendo, o autor não pretendeu ser dogmático, mas acredita que aqueles que discordarem irão encontrar as questões avivadas por ter êle contribuído com idéias próprias.

Apesar das perturbações da situação internacional, a época presente parece oportuna para uma análise do controle governamental da economia particular nos Estados Unidos. Muitos aspectos de controle têm sido esclarecidos recentemente. A natureza permanente da maioria das diretrizes de controle governamental tem sido estabelecida com o apelo do

público às reformas ocorridas nos recentes anos. A maior parte das questões de constitucionalidade já foi resolvida.

Além disso, o alcance do controle governamental está aumentando e provavelmente continuará a aumentar, como resultado do programa de defesa, imposição de uma economia de guerra, e da necessidade para um reajustamento no após-guerra. Mas esse aumento consiste menos no estabelecimento de novas formas de controle, do que no alargamento de aplicação dos controles existentes. Em tais circunstâncias, um estudo da forma de controle estudada neste livro parece ser especialmente oportuno.

A matéria se distribue desta maneira: I — O problema do controle; II — Regulamentação das agências de transporte; III — Controle de serviços de utilidade pública; IV — Regulamentação para fortalecer a competição; V — Regulamentação de instituições financeiras e bolsísticas; VI — Regulamentação das indústrias extrativas; VII — Regulamentação do trabalho; VIII — Incentivo governamental da economia particular e propriedade de serviços econômicos por parte do Estado.

METHODS AND PROCEDURES IN FEDERAL PURCHASING — R. J. MONTEITH e A.S. BURACK — Boston — 1939 — Bruce Humphries, Inc. — 349 págs. — \$ 5.00.

Os autores, ao escreverem este livro, aproveitaram-se amplamente de seus longos anos de experiência no setor da aquisição de material por parte do governo federal norte-americano, não só do ponto de vista do funcionário encarregado de comprar, como também do fornecedor interessado em vender. Sua finalidade é apresentar ao fornecedor um resumo dos elementos essenciais de que necessita, bem como prestar-lhe informações e instruções práticas que o capacitarão a empreender, com inteligência e eficiência, o cultivo desse ramo de negócio. O livro evita a discussão de assuntos controversos. A matéria apresentada será de utilidade especial para os quatro seguintes grupos de interessados: 1 — *Departamentos de venda*, informando-os acerca dos requisitos do mercado federal e explicando-lhes os processos especializados; 2 — *Departamentos de compra*, não só particulares como também dos governos estaduais e municipais, apresentando-lhes, em resumo, os múltiplos aspectos modernos e eficientes do processo federal de compra; 3 — *Departamentos técnicos da indústria, associações de classe e sociedades*, indicando-lhes as necessidades do governo e demonstrando-lhes como podem ser coordenados os seus esforços com os empreendimentos análogos no campo das pesquisas; e 4 — *Estudiosos dos assuntos governamentais, ou dos problemas de abastecimento e aquisição*, mostrando-lhes como funciona a maior estrutura de compra em todo o mundo (governo dos Estados Unidos).

A tábua das matérias é a seguinte: Introdução. — I — O governo dos Estados Unidos na sua qualidade de mercado; II — Classificação das compras federais; III — As repartições de compra do governo dos Estados Unidos; processo geral de aquisição e natureza do material adquirido; IV — Natureza do material necessário ao governo federal; V — Especificações oficiais; VI — Condições

gerais de concorrência; VII — Abertura de concorrências; aceitação das propostas; e contratos; VIII — Garantia em concorrências e contratos; IX — Métodos de inspeção e exame de material; X — Transporte e entregas; XI — Pagamentos; reclamações; e demandas judiciais; XII — Estatutos aplicáveis às compras federais; XIII — Padronização dos requisitos e modelos para aquisição de material por parte do governo; XIV — Os armazens de venda do governo dos Estados Unidos; XV — Como conduzir com eficiência um departamento de vendas do governo; XVI — Relações com o governo. — Bibliografia — Apêndice A: Relação das repartições de compra do governo norte-americano; e Apêndice B: Relação dos armazens de varejo mantidos pelo governo federal ou sob sua supervisão — Índice — Lista de ilustrações.

THE ECONOMICS OF WAR — HORST MENDERSHAUSEN — Edição refundida — 1943 — Prentice-Hall, Inc., 390 págs. — \$ 2.50.

Cada página desta obra traz os sinais de uma completa revisão da edição de 1940. Tendo sido o primeiro inquérito geral que sobre o assunto já se realizou na América, tem agora a oportunidade de tirar proveito da verdadeira torrente de monografias particulares e de relatórios governamentais que se vêm publicando desde 1940. Evitando o linguajar do homem de negócios, e usando uma linguagem simples e direta, o autor apresenta uma exposição ampla, sistemática e bem equilibrada da economia dos preparativos de guerra, bem como do financiamento e liquidação da mesma. A nova edição vem melhorada com a inclusão de cerca de 65 páginas adicionais no texto, de adequadas referências de rodapé, 14 tabelas e gráficos adicionais, e com o acréscimo de um capítulo sobre o ciclo de produção de guerra e inclusão apropriada do fator tempo em outros capítulos. Os cientistas políticos precisarão de ler esta obra afim de formar uma base para suas discussões a respeito do governo em tempo de guerra. Usada como compêndio didático, está destinada a resistir firmemente aos debates acadêmicos, (*Nota de HENRY REIFF, in "The American Political Science Review"*, pág. 567, n. 3, de junho de 1943).

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

RECEBEMOS E AGRADECEMOS:

Revisão das Tarifas do Serviço Telefônico, por J.H. Meirelles Teixeira — Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de São Paulo — 1943.

Revista de Administração Pública — Departamento do Serviço Público de Alagoas — N. 3, Ano II, Vol. II, 1.º trimestre de 1943.

Trabalho e Seguro Social — Ano I, N. 1, Vol. III, julho de 1943.

Revista do Conselho Nacional do Trabalho — N. 15, junho de 1943.

Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas — Estado de Pernambuco — Vol. VIII, N. 2, abril-junho de 1943.

Revista Brasileira de Atuária — Vol. 2, N. 3, outubro de 1942.

Engenharia — Publicada sob os auspícios do Instituto de Engenharia — São Paulo — Ano II, Vol. II, N. 13, setembro de 1943.

Revista Forense — Fasc. 481, julho de 1943.

Relatório do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional — São Paulo, 1942.

Boletim do Ministério das Relações Exteriores — N. 6, 31 de julho de 1943.

Boletim do Pessoal — Departamento dos Correios e Telégrafos — S.R.P. 2 — Ns. 144, 145 e 146.

Inapiários — Órgão dos funcionários do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários — N. 64, agosto de 1943.

Coop — Síntese mensal do movimento cooperativo baiano — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado da Baía — Ano II, N. 19 e N. 20, março e abril de 1943.

Nação Brasileira — Ano XXI, N. 241, setembro de 1943 — Rio.

Revista do Comércio de Café do Rio de Janeiro — Ano III, Ns. 29, 31 e 32, abril, junho e julho de 1943.

Universidad de La Habana — Ns. 46-47-48, Enero-Febrero, Marzo-Abril, Mayo-Junio, 1943.

Entrepisos de Hormigón de Cemento Portland — Instituto del Cemento Portland Argentino — 1943.

Monthly Labor Review — U.S. Department of Labor, Bureau of Labor Statistics — Vol. 56, N. 6, June 1943.

Labor Conditions in Latin America — Serial No. R. 1523 — Idem, idem.

Industrial Welfare and Personnel Management — The Journal of the Industrial Welfare Society — Vol. XXV, N. 286, January-February, 1943, London.

Secret German Documents seized during the Raid on the Lofoten Islands on the 4th March, 1941 — London, His Majesty's Stationery Office.

Twentieth Annual Report of the Safety in Mines Research Board (1941 — Ministry of Fuel and Power — London, 1943.

The Practitioner — N. 894, Vol. CXLIX, December, 1942, London.

Report of Inter-departmental Committee on the Rehabilitation and Resettlement of Disabled Persons — London, 1943.

Youth in a City — Board of Education, Educational Pamphlets, N. 117 — An account of an experiment of Youth Services in its Initial Stages — London, 1943.

Hours of Work and their Influence on Health & Efficiency, by H.M. Vernon, M.D. — British Association for Labour Legislation, London, 1943.